APRESENTAÇÃO

É com alegria que, neste número da revista *OPSIS*, apresentamos o dossiê *História, sociedade e práticas educativas* para condensar reflexões acerca das estratégias e disposições de ensino nos diferentes contextos e dinâmicas sociais. A necessidade de tal reflexão fez-se presente em função de, por um lado, um grande conjunto de práticas políticas relativas ao ensino de História, presentes em um país como o Brasil, com sua trajetória histórica que procurou "homogeneizar" as diferentes formas de ser de seus grupos sociais; e, por outro, do Mestrado Profissional em História – que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2014. Dentre suas preocupações, o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão voltou-se para compreender a história como fruto das experiências do homem no tempo e a educação como processo de preparação para a vida. Preocupamo-nos ainda em abordar experiências e práticas educativas permeadas por uma noção dos conceitos de cultura, saberes populares, dentre outros, desde suas múltiplas acepções conceituais até a vida prática, que interferem nos processos formativos e educativos.

Com este intento, procuramos e conseguimos aglutinar neste Dossiê – *História, sociedade e práticas educativas* um conjunto de reflexões, ponderações e análises voltadas aos desdobramentos das produções educativas diversas, advindas das diferentes intenções e temporalidades, considerando as múltiplas dimensões da existência. Pretendemos aqui lidar com os diferentes registros da vivência e das diversas dinâmicas de produção e transmissão de conhecimentos, partindo de pressupostos que ponderam sobre o teor político das relações. Interessou-nos refletir sobre a forma como as práticas educativas imiscuem-se nas disputas diárias, nas formas de organização dos vários setores sociais e também do estado. Para isso, recebemos gentis e valorosas contribuições de diversas partes do país e do exterior, versando sobre as mais variadas temáticas, sobre as quais discorreremos, rapidamente, a partir desse momento.

Abrindo o Dossiê, Juarez José Tuchinski dos Anjos, em seu artigo "Dom Antônio de Melo e suas concepções ultramontanas sobre a educação da criança pela família na Diocese de São Paulo (1851-1861)", identifica e analisa as concepções ultramontanas de D. Antônio Joaquim de Melo sobre a educação da criança pela família entre os anos de 1851 e 1861, período de sua atuação episcopal. Nesse investimento, toma por fontes algumas cartas pastorais do próprio Dom Antônio e persegue a compreensão da educabilidade da criança, o reconhecimento de suas especificidades e a necessidade de formação adequada.

Na sequência, Maria Aparecida Cabral analisa o ensino de História na educação secundária, considerando o período de 1892 a 1920, no Estado de São Paulo, a partir da análise dos programas de ensino e de exames finais

elaborados pelos professores do Primeiro Gymnasio da Capital. A autora empreende esforços analíticos levando em consideração a problematização das concepções de História que vigoravam em disputa naquele período, levando-nos a compreender de que modo o saber histórico foi difundido pela escola (no caso, o Primeiro Gymnasio da Capital) e quais mecanismos foram criados para a verificação do conhecimento transmitido aos alunos em situação de aprendizagem.

Os apontamentos de Antônio Simplício de Almeida Neto acerca da "Cultura escolar e o ensino de História em tempos de ditadura militar brasileira" perseguem um caminho direcionador para entender a cultura escolar referente ao ensino de História durante a ditadura militar brasileira. O assunto é apresentado e discutido a partir da utilização de *corpus* documental constituído por Relatórios de Estágio de Prática de Ensino de História (FEUSP) e Registros Escolares de escolas públicas estaduais de São Paulo (Atas de Reunião de Centro Cívico, Pedagógica e de Área, Livros de Termos de Visitas de Supervisão, Livro de Ocorrências Disciplinares e de Escala de Hasteamento de Arreamento de Bandeira) das décadas de 1960 e 1970. Do amplo conjunto de fontes analisados, revela-se uma intrincada e complexa rede de acontecimentos e atuação de sujeitos que ampliam a perspectiva de análise dessa disciplina escolar num período de profundas transformações na educação escolar brasileira.

Maria Conceição Silva no artigo "Educação histórica: a temática religião na formação da consciência histórica de alunos brasileiros e portugueses" investiga a religião (história das religiões) nas narrativas de alunos brasileiros e portugueses por meio da observação das aprendizagens escolares. Para este intento a autora coletou um conjunto de fontes em escolas públicas de Goiânia (Brasil), Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão (Portugal), nas quais se aplicou a metodologia de pesquisa da Educação histórica que tem priorizado um tipo de fonte bastante peculiar para observar aspectos importantes narrados pelo aluno como, por exemplo, a sua consciência histórica. Neste percurso a autora investiga a consciência histórica de alunos, entre 13 e 15 anos, associada à sua vivência social e escolar a respeito da temática Religião ensinada em aulas de História.

Clarisse Callegari Jacques, em seu artigo "Arqueologia enquanto prática social: em busca de dinâmicas colaborativas", escreve que tendo clareza do passado colonialista da arqueologia, durante suas pesquisas de campo, buscou repensar sua prática preocupando-se com a apropriação e ressignificação dos vestígios arqueológicos efetuados pelas comunidades locais, não só como testemunhos da sua história, mas também como sujeitos nas demandas pelo reconhecimento de territórios e melhorias de condição de vida. O texto dispõe sobre metodologias, a partir da experiência de pesquisa na Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi, Amapá, e volta-

-se para formulações investigativas arqueológicas educativas alternativas, em que as diferentes formas de transmissão do conhecimento local são veículos importantes para o entendimento dos diferentes significados dos vestígios arqueológicos para as comunidades e essenciais para uma relação de comunicação mais inclusiva entre pesquisador e interlocutores.

Luis Ernesto Barnabé, no texto "De olho no presente: História Antiga e livros didáticos no século XXI", analisa livros didáticos para Ensino Fundamental – Séries Finais – produzidos a partir do ano 2000, objetivando perceber a maneira como a História Antiga foi abordada e levando em conta que tais obras visavam estar de acordo com o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático). Mais do que uma análise, propriamente dita, dos aspectos formais ou didáticos, esse artigo traça um diagnóstico da apropriação de valores atribuídos à Antiguidade presentes na sociedade brasileira.

Rafael Saddi, no artigo "Didática da História na Alemanha e no Brasil: considerações sobre o ambiente de surgimento da *Neu Geschichtsdidaktik* na Alemanha e os desafios da nova Didática da História no Brasil" procura reconstruir o contexto de surgimento da *New Geschichtsdidaktik* na Alemanha Ocidental e os desafios da nova didática da história no Brasil. Com essa disposição, o autor analisa o conflito de geração na sociedade alemã do pós-guerra, a crise de legitimação da história, o surgimento da nova didática da história como uma resposta a essa crise e as diferenças entre seus distintos teóricos. Saddi discorre ainda acerca da influência da didática da história alemã no Brasil, analisando as diferenças entre seus adeptos e o modo como os teóricos brasileiros constroem uma nova didática da história que tenta responder as carências de orientação da nossa própria experiência temporal.

O autor Ana Paula Almeida Lima, em "A 'Vulgarização' da ciência e a instrução pública no discurso do Instituto Politécnico Brasileiro no Segundo Império", analisa a fundação, em 1862, do Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), que reunia em uma das salas da antiga Escola Militar do Rio de Janeiro, além de egressos da referida instituição, interessados em discutir os rumos da engenharia nacional. Almeida Lima dá ênfase ao fato de que as pauta das reuniões do IPB não estavam restritas às questões da engenharia, passando por elementos que volviam para a modernização do Estado. Nesse sentido, lembra que as preocupações dos membros do IPB acabaram voltando-se para a instrução pública, que estaria vinculada à tarefa de civilizar e controlar a população. A partir do ideário discutido e registrado nas atas das reuniões do IPB, Ana Paula Almeida Lima busca compreender o pensamento dos seus membros acerca das formas de difusão do conhecimento científico.

Luzia Márcia Resende Silva, em sua reflexão "Educação escolar e saberes sociais em narrativas de trabalhadores: o trabalho da palavra e da consciência histórica" discute a relação entre saber escolar e outros saberes sociais

e uma inconveniente valorização da cultura letrada em detrimento de outras culturas. Com sua reflexão, oportuniza ao leitor ficar diante de narrativas de carregadores de mercadorias e compreender a maneira como explicitam uma consciência da relação desigual entre os diferentes saberes. Apoiada nas perspectivas de Rüsen (2001) sobre o papel da narrativa na construção da consciência histórica e de Portelli (1996), quando afirma que narrar é explicar e que na narrativa a filosofia vai junto com os fatos, as análises das entrevistas revelam aspectos de saberes construídos na experiência cotidiana do universo de trabalho, desmistificando os discursos que os desqualificam por serem pouco escolarizados, expondo, dentre outros, as debilidades de um sistema onde convive com muitas pessoas bem escolarizadas, mas desempregadas.

Roberto Kennedy Gomes Franco analisa as "Práticas educativas de ativistas engajados na luta contra a SIDA/AIDS no nordeste do Brasil" a partir da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS. Essa análise passa pelo movimento social Ant-AIDS na dialética dos enfrentamentos de luta pela vida e, articulando fontes orais e escritas, problematiza as contradições do cenário do nordeste do Brasil, onde profissionais da saúde, pacientes, ativistas e familiares combinam-se em importantes elos do tratamento. Somam-se a esse quadro as condições socioeconômicas em que o pauperismo e a desinformação impactam as práticas educativas num quadro pouco conhecido.

Encerrando o Dossiê, Fernanda Alves da Silva Oliveira e Poliene Soares dos Santos Bicalho procuram refletir sobre o lugar da diversidade étnica e cultural diante das políticas educacionais voltadas para a nacionalização da educação e a sua interferência nos conteúdos dos livros didáticos durante o Estado Novo. "Livros didáticos e Estado Novo: um projeto ideológico" é o título do artigo em que as autoras perseguem por intervenções significativas na educação, com a promoção de ações que visam ampliar o domínio do Estado no setor. É nesse âmbito que nasce a Comissão Nacional do Livro Didático, que tem por objetivo fiscalizar o conteúdo ideológico e metodológico dos manuais escolares. Nas análises buscam compreender como o setor educacional foi importante para legitimar o poder do presidente Getúlio Vargas.

Com essas contribuições pretendemos sedimentar a disposição do nosso Programa de Pós-graduação em História e sua intenção de interferir na formação de professores, instrumentalizando-os para que estreitem o diálogo entre os saberes acadêmicos, escolares e os saberes da vida prática. Objetivamos ainda propiciar que a história contribua para situar experiências pessoais e coletivas no tempo, sempre refletindo sobre sua historicidade e o teor das relações que a envolvem.

Dando seguimento a esta apresentação, lembramos que os artigos livres deste número somam com o Dossiê devido ao teor das reflexões, seja pela escolha dos sujeitos destacados, seja pela forma como valorizou-se seus

feitos, suas ações. Nesse sentido, a contribuição de Mauro Eustáquio Costa Teixeira no artigo "O consenso indispensável: figuração do político no discurso de comandantes militares brasileiros (1979-1988)" gira em torno de analisar o conteúdo das "ordens do dia", emanadas pelos ministros militares brasileiros no período da transição política (1979-1988), com o objetivo de verificar, nesses documentos, elementos que permitam identificar uma determinada modalidade de figuração do político por parte das elites militares de então.

Os autores Jesús María Aparicio Gervás e Charles Tilley Bilbao, no artigo "Ciganos e educação: um desafio para a constituição da sociedade espanhola do século XXI" preocupam-se com a educação do povo Cigano ao longo de mais de quinhentos anos de vida na Espanha. Os pesquisadores analisam o longo processo de exclusão, ocorrido durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, neste último, centrado nos processos evangelizadores. Percorrem, ainda, a doutrinação das Escolas do Patronato dos Subúrbios no período pós-guerra, dentre outros, e chegam ao quadro de uma elevada taxa de absenteísmo e fracasso escolar entre a população cigana.

O artigo de Guilherme Antônio Carneiro de Sant'Ana e Simone Maria Rocha "Arte e cultura, uma sinonímia imprópria" é, inicialmente, motivado pela percepção de uma divergência de leituras acerca da noção de *mímesis*. O texto procura contribuir para a ampliação das discussões sobre comunicação, destacando a atenção para a existência de matrizes de orientação conceitual que podem estabelecer entendimentos específicos a respeito do tratamento conferido ao estudo do cinema, quais sejam, a *artística* e a *cultural*. Nessa direção, o objetivo consiste em desfazer uma ambiguidade recorrente em muitos trabalhos provenientes do campo comunicacional, qual seja, pressupor que os termos arte e cultura possam ser tomados como sinônimos.

A reflexão de Breno Gontijo Andrade "Emissários, cultura escrita e oral: circulação no norte da América Portuguesa" apresenta análises sobre a circulação da cultura escrita e da cultura oral no Norte da América Portuguesa no final do século XVIII e início do XIX, que ligava continentes por meio de notícias que eram intensificadas nos grandes centros, como o Recife, e alcançava também os homens dos mais longínquos sertões. Nesse quadro, o autor aborda também o papel dos emissários que percorriam o Norte da América Portuguesa. Assim, personagens como os senhores de engenho, padres, comerciantes e índios foram encontrados na documentação como colaboradores dessa circulação.

O artigo "The 'L' Word & Queer as Folk: uma leitura queer", de Rogério Makino e Sulivan Charles Barros, investiga a heteronormatividade em seriados televisivos produzidos nos últimos doze anos voltados, especificamente, para o público lésbico e gay. Nesse investimento reflexivo, perguntam

se essas produções contestam ou reforçam lógicas heteronormativas. Partindo da ideia de que a mídia (assim como o Estado, a religião e a família) é, na contemporaneidade, uma instituição central na disseminação dos padrões de valoração, tem-se na produção dos dois seriados estadunidense (*Queer as Folk* e *The "L" Word*) a possibilidade de se analisar elementos que corroboram com os processos normalizadores ou desestabilizadores, nos quais operaram tanto forças heteronormativas quanto não-heteronormativas.

Em "Histórias e memórias: usos dos espaços na cidade de Manaus", Patrícia Rodrigues Silva discorre acerca da constituição da cidade de Manaus a partir da utilização e dos sentidos diversos que os espaços citadinos adquirem para os diferentes grupos sociais que os ocupam. É uma abordagem que reflete, especificamente, acerca da área chamada de "Manaus Moderna", espaço imbricado de personagens e sentidos que se localizam no centro da cidade da capital amazonense. O investimento reflexivo, dentre outros objetivos, busca evidenciar, a partir das narrativas de diferentes sujeitos, uma cidade plural, heterogênea, configurada a partir de uma multiplicidade de vivências e experiências que se combinam, negociam e, claro, relacionam-se de diversas maneiras.

No texto "Henrique VI de Hoenstaufenem majestade: uma análise de suas representações imagéticas entre o *Liber ad honorem Augusti* (1197) e o *Códex Manesse* (1340)", Vinicius Cesar Dreger de Araujo analisa aspectos das representações iconográficas do monarca em majestade, entre os séculos XII e XIV, por meio de imagens do imperador, extraídas do *Liber ad honorem Augusti* (1197) e do *Codex Manesse* (1340). Sabe-se que Henrique VI é pouco estudado pela historiografia medievalista brasileira. Trata-se de uma figura importante em seu período, foi o responsável pela expansão do programa de revitalização do prestígio imperial, herdado através da conquista do Reino Normando da Sicília, da submissão de diversos reinos ao Sacro Império Romano; também foi líder no movimento Cruzado, além de poeta. Vinicius Dreger pondera a produção iconográfica por meio de processos de despersonalização e estereotipificação das representações de uma monarquia, a partir do século XI.

Luiz Carlos do Carmo na reflexão "História de trabalhadores, história de trabalho e relações regionais na porção Central do Brasil (1890-1940)", discute aspectos da relação com a produção e, consequentemente, dos trabalhadores no processo de constituição e transformação de uma parte da região Central do Brasil. Importou para o autor compreender a forma como os trabalhadores foram chamados e responderam às demandas frente as pressões dos novos e antigos ordenamentos produtivos e sociais que impactaram diferentes aspectos de suas vidas.

"Os pontos cegos da História: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão" é um artigo de Júlio César

Bentivoglio, no qual o autor discute o lugar do esquecimento nos estudos históricos a partir da reflexão sobre algumas premissas de Paul Ricouer, Beatriz Sarlo e Paolo Rossi, em especial. Em seguida, avalia como a capacidade de armazenamento digital, quase infinita, poderá interferir nas relações entre memória e história. Por fim, trata da emergência do direito ao esquecimento no Brasil ao discutir como algumas transformações e decisões de ordem jurídica podem repercutir no trabalho dos historiadores e na escrita da história.

Encerrando a seção de Artigos, Jakson Santos Ribeiro e Maria Izabel Barbosa Morais de Oliveira em "O trabalho como signo de hombridade e base para a construção da masculinidade em Caxias na ótica do jornal Cruzeiro, durante o governo Dutra (1946- 1950)" investigam os discursos produzidos pelo jornal *Cruzeiro* a respeito do trabalho como definidor da masculinidade do homem, na cidade de Caxias (MA), durante a segunda metade da década de 1940. Os autores optaram por ponderar a questão da democracia social por meio da união entre o trabalho e o capital, almejada pelos articulistas do jornal *Cruzeiro*. No artigo, avaliam ainda os discursos do jornal para tentar perceber o sentido de ser homem, construído a partir de ideias como "o trabalho dignifica o homem". Buscou-se compreender as relações entre os discursos dos articulistas do jornal *Cruzeiro* com os interesses do Estado e da Igreja Católica durante o governo do presidente Dutra.

Neste número contamos também com duas resenhas. Felipe Salvador Weissheimer e Ivonete Pereira, na resenha acerca da obra *História verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história,* publicado por Aldo Nelson Bona, discutem em que medida as proposições filosóficas de Paul Ricoeur podem ancorar uma epistemologia centrada no sujeito, para tanto discorrem sobre a História da Filosofia e o estatuto de ciência que marcam a disciplina de História.

Já Matheus Mesquita Pontes apresenta uma resenha da produção de Zygmunt Bauman, *Ensaios sobre o conceito de cultura,* em que analisa o foco do autor nas manifestações culturais como elemento primordial da práxis humana, como libertadora de toda forma de alienação e opressão, que pode levar a humanidade rumo à sua socialização fraternal. Esses textos parecem compor a disposição inicial de pensar a produção humana, a preocupação da História enquanto disciplina que oportuniza ao sujeito pensar sobre suas escolhas e sua atuação no tempo.

E fechando este número apresentamos a entrevista que a professora Rebecca Earle, da Universidade de Warwick – Reino Unido, concedeu a Ana Carolina de Carvalho Viotti. Com o sugestivo título **"O nacionalismo, as práticas educativas e as batatas, por Rebecca Earle"**, a entrevistada discorre sobre sua produção como pesquisadora especialista em história cultural da América Espanhola. Earle fala, nesta entrevista, de sua trajetória de pesquisa, do papel das identidades nacionais e da alimentação como práticas

educativas na América, bem como das temáticas concernentes ao corpo na pesquisa histórica. Earle finaliza a entrevista comentando sua pesquisa em desenvolvimento sobre a pintura de *castas*.

Agradecemos aos/as pesquisadores/as que participaram da elaboração deste número da *OPSIS* e esperamos que os textos aqui publicados incentivem docentes e estudantes em novas e pertinentes pesquisas. Boa leitura!

Dr. Luiz Carlos do Carmo
Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo
Dezembro de 2014

Dossiê:
História, sociedade e práticas educativas